

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.552.275 - PR (2019/0219860-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**AGRAVANTE** : MARIA DO CARMO OLIVEIRA ARRUDA  
**ADVOGADOS** : PAULO HENRIQUE GARDEMANN E OUTRO(S) - PR025359  
ANA CLÁUDIA DA SILVA - PR086939  
**AGRAVADO** : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
**ADVOGADO** : VERA LUCIA BICCA ANDUJAR E OUTRO(S) - RS016912  
**AGRAVADO** : CAIXA SEGURADORA S/A  
**ADVOGADO** : ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA E OUTRO(S) -  
PE016983

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo em Recurso Especial interposto contra decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que negou seguimento ao recurso.

A parte recorrente, nas razões do Agravo em Recurso Especial, sustenta que não há necessidade de reexame do contexto fático-probatório produzido nos autos (fl. 742, e-STJ).

Aduz que o STJ - Terceira e da Quarta Turmas - possui entendimento pacífico sobre a matéria (fl. 742, e-STJ).

Contrarrazões apresentadas às fls. 750-761, e-STJ.

**É o relatório.**

**Decide-se.**

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 25.10.2019.

Cuida-se de inconformismo contra acórdão do Tribunal de origem que considerou que "a cobertura do seguro perdura até a extinção do financiamento habitacional, pois quitado o contrato, não mais existe qualquer vínculo com a Seguradora, ou mesmo com o agente financeiro."

Prefacialmente ao exame do mérito, verifica-se que o STJ, ao se manifestar em outros casos congêneres, o fez pelas suas Turmas de Direito Privado, haja vista a natureza da matéria. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. POTENCIAL COMPROMETIMENTO DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - FCVS. INTERESSE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA NO STF. RE 827.996/PR. NECESSIDADE DE DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM.

1. O presente caso versa sobre a existência de interesse jurídico da Caixa Econômica Federal - CEF para ingressar na lide que busca cobertura securitária baseada em contrato de financiamento amparado pelo Sistema Financeiro da Habitação e em que haja potencial comprometimento do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, questão que teve reconhecida a sua repercussão geral pelo Plenário Virtual do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário 827.996/PR.

2. Como a questão controvertida nestes autos diz respeito a tema cuja repercussão geral foi reconhecida pelo STF, o julgamento imediato do Recurso Especial seria prematuro e temerário, uma vez que eventuais decisões dissonantes entre a Corte Constitucional e este Tribunal Superior gerariam insegurança jurídica e não observariam a economia processual.

3. De acordo com os arts. 1.039, 1.040 e 1.041, do CPC/2015, que dispõem sobre a atuação do Tribunal de origem após o julgamento do recurso extraordinário submetido ao regime de repercussão geral ou do recurso especial submetido ao regime dos recursos repetitivos, há a previsão da negativa de seguimento dos recursos, da retratação do órgão colegiado para alinhamento das teses ou, ainda, a manutenção do acórdão divergente, com a remessa dos recursos aos Tribunais correspondentes.

4. Nesse panorama, cabe ao Superior Tribunal de Justiça, determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que, após o julgamento do paradigma, seja reexaminado o acórdão recorrido e realizada a superveniente admissibilidade do recurso especial. Precedentes.

5. Deve ser determinada, portanto, a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, para que, após a publicação do acórdão do respectivo recurso extraordinário representativo da controvérsia: a) na hipótese da decisão recorrida coincidir com a orientação do Supremo Tribunal Federal, seja negado seguimento ao recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas; ou b) caso o acórdão recorrido contrarie a orientação do Supremo Tribunal Federal, seja exercido o juízo de retratação e considerado prejudicado o recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas; ou c) finalmente, mantido o acórdão divergente, o recurso especial seja remetido ao Superior Tribunal de Justiça. Nesse mesmo sentido: AREsp 1211536/SP, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 17/09/2018.

6. Agravo interno não provido para determinar a devolução dos autos ao Tribunal de origem.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1.418.857/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 28/6/2019).

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL.  
PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE  
SECURITÁRIA. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO.

INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ.  
CONFIRMAÇÃO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A Justiça Federal concluiu, com base na interpretação do acervo fático-probatório dos autos e das cláusulas do contrato de financiamento imobiliário firmado entre as partes, que o negócio jurídico é garantido por apólice pública, com o comprometimento do FCVS. Tal conclusão não pode ser revista na via estreita do recurso especial, tendo em vista o óbice das Súmulas 5 e 7 do STJ.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1615589/PR, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, DJe 27/9/2018).

Constata-se, portanto, que o tema controvertido é de competência da Segunda Seção deste Tribunal, consoante o artigo 9º, § 2º, III, do RISTJ.

Pelo exposto, **encaminhem-se os autos à Secretaria Judiciária para redistribuição no âmbito da Segunda Seção**, nos termos do artigo 9º da Instrução Normativa 2/2010 da Presidência do STJ.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator